



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ABORDAGENS TOTALITÁRIAS E DIVERSIDADE DE VOZES: DESAFIOS, HEGEMONIAS E ALTERNATIVAS NA GESTÃO DA CRISE CLIMÁTICA

Louis Edoa
Universidade Metodista de São Paulo
louis.edoa1@metodista.br

RESUMO: Este artigo/ensaio problematiza a condução das discussões sobre o enfrentamento da crise climática global a partir de um viés eurocêntrico, no qual as principais potências emissoras de gases de efeito estufa ditam as regras do jogo sem reconhecer contribuições de outras tradições de pensamentos. Ancorados na análise do totalitarismo segundo Emmanuel Lévinas e Hannah Arendt, investigamos de que modo o modelo dominante silencia vozes do Sul Global e reforça dinâmicas uniformizadoras na governança ambiental. Propomos a adoção de uma abordagem inclusiva, que valorize a complexidade dos sistemas naturais e permita acolher saberes antagônicos. Sustentamos que, ao abrir espaço para perspectivas diversas — não somente políticas e econômicas, mas também culturais —, amplia-se o leque de soluções possíveis para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, contribuindo para uma gestão mais equitativa e eficaz da crise planetária.

Palavras-chave: Comunicação e Mudanças Climáticas. Totalitarismo e Compreensão. Mitigação e adaptação.

ABSTRACT: This article problematizes the management of global climate crisis discussions from a Eurocentric perspective, in which the main greenhouse gas-emitting powers set the rules of the game without acknowledging contributions from other intellectual traditions. Grounded in the analysis of totalitarianism according to Emmanuel Lévinas and Hannah Arendt, we examine how the dominant model silences voices from the Global South and reinforces homogenizing dynamics in environmental governance. We propose the adoption of an inclusive approach that values the complexity of natural systems and welcomes antagonistic forms of knowledge. We argue that by making room for diverse perspectives—not only political and economic but also cultural—the range of possible solutions for climate change mitigation and adaptation expands, contributing to a more equitable and effective management of the planetary crisis.

Keywords: Communication and Climate Change. Totalitarianism and Understanding. Mitigation and Adaptation.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

1. INTRODUÇÃO

O aquecimento global, intensificado pelo aumento das concentrações de gases de efeito estufa provenientes de atividades antropogênicas, constitui o maior desafio ambiental contemporâneo. Seus impactos — elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e perda de biodiversidade — exigem respostas urgentes e integradas, capazes de proteger o “planeta casa” e garantir a sustentabilidade das gerações futuras.

Entretanto, as tomadas de decisão globais têm se caracterizado por uma predominância de atores decisores do Norte Global, cujas escolhas refletem interesses econômicos e políticos enraizados em um modelo de governança totalitário. Ao monopolizar e direcionar as agendas climáticas, essas potências exibem sintomas do que Lévinas denomina “espírito de sistema”, ou seja, a tentativa de fundir Eu, Mesmo e Outro, apagando a alteridade em prol de uma lógica unificadora. Para Lévinas, a abertura ao Outro é condição de possibilidade de uma socialidade plural; sem a qual, o discurso hegemônico uniformiza vozes e nega contribuições legítimas de outras culturas.

Hannah Arendt complementa esse quadro ao associar o totalitarismo à formação de marionetes políticas — indivíduos incapazes de pensar e agir em liberdade —, cenário no qual organizações internacionais desprezam vozes dissidentes, repetindo padrões de dominação e intimidação. Na sua opinião, o totalitarismo não precisa de súditos fiéis e nem de pessoas convictas de sua ideologia, embora sem isso não se constitua em base política.

Este artigo propõe (i) mapear as raízes totalitárias das atuais práticas de governança climática, segundo as concepções de Lévinas e Arendt; e (ii) indicar caminhos para uma gestão mais complexa e democrática da crise climática, em que os saberes do Sul e do Norte Global dialoguem em condições de igualdade e respeito mútuo.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

2. AS ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO TOTALITARISMO DE ARENDT A LÉVINAS

Hannah Arendt (1906–1975) e Emmanuel Lévinas (1905–1995), judeus europeus profundamente marcados pela vivência do Holocausto e pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, desenvolveram críticas profundas à tradição filosófica ocidental. Para ambos, o modelo ontológico e egocêntrico que proclamava o triunfo da razão levou ao “adoecimento” do ser humano, ao silenciamento do outro e à exaltação de um “eu” absoluto, uma espécie de *myself*, em oposição à pluralidade, ou *the other - someone else*, inerente à condição humana de pluralidade na qual “os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDT, 2017, p. 15).

Arendt identifica no totalitarismo a tentativa de dominação global que destrói a essência humana. Ao relatar as cenas dos campos de concentração, prisioneiros em condições sub-humanas e valas coletivas, ela descreve o “mal absoluto” como insumo necessário para perceber a radicalidade do mal e a ruptura de toda ordem natural. Essa realidade e experiência levaram à mudança completa da compreensão dos acontecimentos históricos, causando um sentimento de perplexidade frente àquilo que não deveria ter acontecido, como afirma no prefácio de “As origens do totalitarismo”:

A tentativa totalitária de conquista global e de dominação total foi a solução destrutiva para todos os nossos impasses. Sua vitória pode coincidir com a destruição da humanidade; onde quer que ele [o sistema totalitário] tenha dominado, ele começou a destruir a essência do homem. E, no entanto, voltar as costas para as forças destrutivas do século é de pouca utilidade (...) E se é verdade que nos estágios finais do totalitarismo um mal absoluto aparece (absoluto porque ele não pode mais ser deduzido de motivos humanos compreensíveis), também é verdade que sem ele nós nunca conheceríamos a natureza verdadeiramente radical do Mal (ARENDT, 2009, pp. 08-09).

Arendt insiste sobre a natureza destrutiva do sistema totalitário, culminando na referência ao “mal absoluto”. Isso chama à atenção, pois essa sua leitura causou um certo desconforto entre contemporâneos que não conseguiram acompanhar a linha de raciocínio



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

do diagnóstico sombrio que Arendt fez desses acontecimentos. Segundo sua análise desses fatos, em uma conhecida carta a Gershom, Scholem e Arendt convidam a refletir melhor sobre o uso da expressão “mal absoluto” (ARENKT; SCHOLEM, 2017, p. 209), sem, todavia, renunciar à convicção de que os regimes totalitários encarnam, na sociedade, um mal de alcance histórico e posterioridade. Ela enxerga neles o rompimento de uma ordem natural das coisas, algo que na sua concepção é irremediável.

Arendt pressentiu no surgimento e ascensão do totalitarismo a perda do valor da vida humana. Na sua concepção, o totalitarismo resulta na construção de “um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos” (ARENKT, 2009, p. 510), ou seja, com o advento dos regimes totalitários, tentar-se-á extrair categorias que contribuam para uma reflexão mais profunda sobre política mundial e o funcionamento do sistema internacional. Convém, talvez, discorrer a respeito dos regimes totalitários, chamados por Todorov de “o mal do século”, mas não explicaremos isso aqui. O totalitarismo na ótica de Arendt se situa na linha da responsabilidade, isso pelo fato que responsabilidade se situa dentro de uma perspectiva política, sendo assim, ela concebe a responsabilidade em sua dimensão pessoal (individual) e coletiva (política).

Segundo Bethânia Assy (2015), o conceito de responsabilidade vincula-se à concepção arendtiana da *vita contemplativa*, explanada nos três níveis distintos de “A Vida do Espírito” – o pensar, querer e o julgar – nos quais a indagação ética nos conduz à alteridade, ou seja, nos aproxima do outro com quem buscamos, queremos ou suportamos conviver. A partir disso, torna-se possível identificar os “três níveis de responsabilidade pessoal: a responsabilidade de pensar e de escolher a si mesmo; a responsabilidade de julgar e de escolher nossos exemplos; e a responsabilidade para com a durabilidade do mundo, expressa por meio da consistência de nossas ações” (ASSY, 2015, p. 35). Esse caminho não deixa espaço ao totalitarismo, pois este origina o processo de desumanização por meio da realização do desejo de onipotência, culminando na destruição da humanidade no homem.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Dessa leitura, percebe-se uma aproximação entre os pensamentos de Hannah Arendt e Emmanuel Lévinas, na medida em que ambos concordam que não deve haver uma supervalorização do “eu”, mas sim uma centralidade acentuada na alteridade - seja no cuidado com o mundo, como aponta Arendt (2009), seja no cuidado com o Outro, conforme Lévinas (2000).

Segundo Lévinas, as primeiras raízes do totalitarismo encontram-se na subjetividade tal como ela foi concebida pela filosofia clássica. Vale lembrar que sua filosofia se apresenta como uma leitura crítica da tradição ocidental, que ele denomina “egologia”, fundamentando-se também na crítica à ideia dominante de totalidade. O pensamento ético proposto pelo autor baseia-se na relação com o Outro, que preserva tanto sua alteridade quanto o Mesmo, conservando sua própria “estrangeiridade”. A ética é, por assim dizer, o pensamento do excesso e das relações humanas diferenciais que não se fundem em uma totalidade.

Assim, a raiz fundante do totalitarismo, no âmbito político, seria o totalitarismo ontológico, perceptível na metafísica clássica, com suas concepções de subjetividade, linguagem, economia e política. Para escapar desse totalitarismo, Lévinas propõe abertura da subjetividade à partir da ética, como alternativa tanto ao idealismo quanto ao liberalismo. Segundo ele, o foco excessivo da filosofia clássica, sua grande preocupação e seu apego à subjetividade, levou à totalização do Mesmo e do Outro. A ideia de fusão apresenta-se, portanto, como raiz desse totalitarismo de natureza ontológica. Por isso, o caminho que o autor empreende é um esforço para superar essa “egologia”, fugindo do solipsismo e buscando uma concepção mais socializadora do sujeito.

Entende-se por socialização, a capacidade de abertura e acolhimento. Vale lembrar que, para Lévinas, assim como para Arendt, a responsabilidade é o caminho para escapar das amarras do totalitarismo. Essa responsabilidade, vislumbrada por Arendt sob a dimensão da coletividade, frequentemente associada por ela ao conceito de política, delinea uma responsabilidade política. Esta se conecta com a comunidade, tendo



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

desdobramentos tanto no campo da ética quanto no político, e de acordo com Normando (2012, p. 60):

A responsabilidade possui caráter temporal e político, na medida em que sempre vivemos e morremos vinculados a algum tipo de comunidade. Desde o momento em que pertencemos a uma comunidade, somos vicariamente e coletivamente responsáveis por atos, acontecimentos e ações dentro do grupo no qual estamos inseridos. É a pertença ao coletivo o que determina a dimensão da responsabilidade que temos.

Lévinas aponta o caminho na busca de um novo modo de relação com o ente, no qual o ser conhecido possui condições e meios para manifestar-se em sua alteridade, uma vez que o *logos* fez com que essa alteridade, em relação ao ser cognoscente, se apagasse. A teoria que torna os seres inteligíveis e os ilumina é a ontologia. No entanto, o caminho empreendido pela ontologia, que reconduz o Outro ao Mesmo, renuncia ao desejo metafísico e à exterioridade que o sustenta.

Nesse sentido, sob a ótica de Lévinas (1991), o Outro deve estar em posição de colocar em questão o Mesmo e a própria ética, oferecendo-se como possibilidade de impugnar a espontaneidade do Mesmo diante da presença de outrem. O autor enxerga na ética a possibilidade mesma de acolher a estranheza de outrem, sem reduzi-lo ao Mesmo, ao pensamento e às posses do Mesmo. Assim, a ética precede a metafísica (LÉVINAS, 2000, p. 30). Ou seja, ao classificar a ética como recepção da alteridade, Lévinas está dizendo que o fundamento da relação com o Outro não é cognoscitivo (o esforço de “entender” ou “explicar” o outro) nem pragmático (o uso que faço dele), mas ético: é o abrir-se à sua profunda diferença e mistério, sem forçá-lo a caber nas minhas categorias, crenças ou interesses. Com isso, Lévinas recusa a redução ao Mesmo, pois, quando reduzimos alguém ao Mesmo, juntamo-lo ao nosso universo de referências: à nossa maneira de pensar, sentir, possuir. Lévinas denuncia aí um gesto violentíssimo, típico da tradição filosófica ocidental: o impulso de dominar, assimilar ou objetificar o Outro. A ética, ao contrário, impede essa fusão; ela reconhece o Outro com sua alteridade irreversível.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Ética precede metafísica na filosofia clássica, a metafísica -teoria do ser- vinha primeiro: antes de tudo, buscou-se explicar o mundo, rotular as coisas, compreender o ser. Lévinas inverte a ordem: antes de qualquer teoria do ser há um chamado ético, um “estou-te-devendo” em face do Outro (LÉVINAS, 2000, p. 30). Só depois, ou seja, a partir desse gesto de recepção ética, podemos filosofar sobre natureza, essência, categorias. A alteridade de outrem está numa posição mais alta que a do ser, ela é responsabilidade única em condição de “*faire face*” ao totalitarismo. A responsabilidade é aquilo que, de forma exclusiva, incumbe-me e que, humanamente, não posso recusar. Faz entender que posso substituir a todos, mas ninguém pode substituir-me.

Responsabilidade é também reconhecer, como Arendt, que a realidade política em que estamos submersos, apenas se modifica, ou se conserva, por meio da ação política. Ciente disso, Arendt não se ilude: sabe que cada geração precisa “*faire face*” às suas lutas contra a barbárie e a ausência de responsabilidade. Isso exige manter viva a convicção de que somos capazes de transformar o deserto em um mundo humano.

No centro do pensamento filosófico de Arendt está a convicção de que somos responsáveis pelo que acontece conosco e com o mundo. Assim, ela escreveu: “... na medida em que o homem é mais do que uma mera criatura da natureza, mais do que um mero produto da criação divina, ele será chamado a prestar contas das coisas que os homens fazem aos homens no mundo que eles próprios condicionam” (ARENDT, 2007, p. 285). Caso nos esqueçamos disso, as forças hegemônicas e o totalitarismo terão desertificado o mundo, isto é, terão vencido. É o que temos observado, por exemplo, nas políticas de enfrentamento aos danos causados pelas mudanças climáticas e pelos desastres ecológicos em escala global.

3. O MODELO DE ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA REVELA UM ESPÍRITO TOTALITÁRIO

A observação do cenário global de enfrentamento à crise climática aponta à urgência de encontrar uma rota de sobrevivência para a humanidade, ou seja, pensar em



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

políticas ambientais deixou de ser uma alternativa: tornou-se uma exigência para o mundo contemporâneo, que também precisa considerar suas desigualdades sociais e ambientais. Atualmente, há um consenso entre os que se inquietam com os rumos do planeta. A humanidade inteira reconhece que é necessário um esforço “ao menos para quem está inquieto com os rumos da hipercivilização [...] estágio no qual a civilização é, também, o motor de sua destruição. A enorme devastação ambiental do mundo expressa a lucidez desse argumento, mesmo que ela se realize de modo desigual” (RIBEIRO, 2017, s.p.).

Um dos caminhos adotados para enfrentar esse grave problema foi a definição de marcos pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Acordo de Paris, assinado em 2015, cujo objetivo principal é manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C até o fim do século e realizar esforços para limitá-lo a 1.5°C. Outro marco fundamental é a Agenda 2030, também de 2015, assumida pelos 193 Estados-membros da ONU. A Agenda propõe estabelecer:

plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta... (ONU, 2015, p. 1 - Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

(UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015.
<https://sustainabledevelopment.un.org>).

Transformar o mundo e alcançar um futuro mais sustentável são iniciativas necessárias, mas que enfrentam inúmeras dificuldades. Por um lado, os eventos climáticos extremos continuam a se intensificar, evidenciando a urgência e a gravidade do problema. Por outro, preocupa o avanço das ideologias capitalistas e neoliberais das grandes potências globais, que construíram sua trajetória de crescimento sobre o desenvolvimento industrial e resistem a abrir mão dessa estrutura.

Associadas a essas ideologias, crescem correntes de negacionismo climático e teorias da conspiração que alegam que a Agenda 2030 seria um plano de controle global, supostamente ligado à ideia de uma “Nova Ordem Mundial”. Embora essa linha de pensamento seja, em sua maioria, infundada, não está completamente desconectada da realidade: as regras do jogo para enfrentar as mudanças climáticas têm sido ditadas pelos países que mais emitem gases de efeito estufa e que demonstram menos disposição em reduzir suas emissões industriais.

O cenário torna-se ainda mais grave quando se observa que as metas estão longe de serem alcançadas, enquanto populações vulneráveis sofrem os efeitos crescentes da crise climática. Um exemplo marcante que ilustra essa desigualdade, entre o Sul Global e o Norte Global, no enfrentamento da crise climática, é o contraste entre a Gâmbia e os Estados Unidos. Enquanto a Gâmbia (Sul Global - país do continente africano) é um dos países que menos contribuem para as emissões globais de carbono, mas que mais sofrem os impactos das mudanças climáticas, como secas prolongadas e insegurança alimentar. Mesmo com recursos limitados, foi o único país classificado como compatível com as metas do Acordo de Paris, segundo o relatório do *Climate Action Tracker* e investiu em energias renováveis e políticas sustentáveis, demonstrando compromisso com a agenda climática.

Por outro lado, os Estados Unidos (Norte Global), maior emissor de CO₂ do planeta, responsável por cerca de 25% das emissões acumuladas desde a Revolução



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Industrial, apesar de sua responsabilidade histórica e capacidade econômica, não está cumprindo plenamente suas metas climáticas e continua com altos índices de emissão per capita. Entretanto, tem influência decisiva nas negociações internacionais, e muitas vezes resiste a compromissos mais ambiciosos, especialmente quando envolvem restrições à indústria ou ao consumo energético. Assim, no lugar de uma cooperação global efetiva, o que temos visto são os maiores emissores de carbono muito distantes de cumprir os compromissos estabelecidos, como mostra o relatório das organizações *Climate Analytics*¹ e *NewClimate Institute*².

Segundo o documento, poucas nações estão próximas das metas que visam conter o aquecimento global em 1,5°C, conforme estipulado no Acordo de Paris (2015), cujas metas foram definidas pelos próprios países signatários. Curiosamente, os maiores esforços vêm dos países que menos contribuem para a emissão de carbono. Entre eles, destaca-se a Gâmbia, na África Ocidental, que foi a única nação a receber uma classificação climática compatível com os objetivos do Acordo, ao promover medidas para estimular o uso de energias renováveis.

Logo atrás da Gâmbia, outros sete países foram classificados como quase suficientes — isto é, têm potencial para atingir os 1,5°C se impulsionarem as melhorias necessárias. São eles: Costa Rica, Quênia, Marrocos, Etiópia, Nepal, Nigéria e Reino

¹ "Climate Analytics é um instituto global de ciência e política climática engajado em todo o mundo na condução e apoio à ação climática alinhada ao limite de aquecimento de 1,5°C. Conectamos ciência e política para capacitar países vulneráveis nas negociações climáticas internacionais e informar o planejamento nacional com investigação, análise e apoio direcionados. A nossa equipa internacional de 130 especialistas e pessoal de apoio trabalha a partir da nossa sede em Berlim e dos nossos escritórios regionais em África, Austrália e Pacífico, Caraíbas, América do Norte e Sul da Ásia." <https://climateanalytics.org/results?search=overall+climate+action+tracker+ratings> – tradução nossa.

² "O NewClimate Institute para Política Climática e Sustentabilidade Global gera ideias sobre mudanças climáticas e orienta sua implementação. Aumentamos a ambição de ação contra as alterações climáticas e apoiamos o desenvolvimento sustentável através da investigação, da concepção de políticas e da partilha de conhecimentos" Informações do portal do Instituto, disponível em: <https://newclimate.org/> - tradução nossa.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Unido. O gráfico 1³, apresentado no relatório, mostra uma classificação geral dos países, variando de criticamente insuficiente a adequada.

Gráfico 1: CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES REFERENTE ÀS SUAS METAS DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



É notável, e preocupante, perceber que os grandes emissores de carbono, responsáveis por desenhar e impor ao mundo os planos e projetos para o enfrentamento da crise climática, não estão fazendo o dever de casa. Vê-se países como Rússia, China, Indonésia, Austrália e até o Brasil que não conseguiram melhorar as metas assumidas no Acordo de Paris, em 2015. Outros países, como Estados Unidos, Alemanha, União Europeia, Japão e Noruega também não apresentam avanços significativos, dividindo posições na mesma classificação que países considerados subdesenvolvidos.

³ Climate Action tracker Global update: climate target updates slow as science ramps up need for action, september 2021. <https://newclimate.org/resources/publications/climate-action-tracker-global-update-climate-target-updates-slow-as-science>.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Para os especialistas do Instituto *NewClimate*, essa tendência revela uma falta de interesse e de compromisso das grandes potências com o planeta. Observa-se que essas nações se empenham mais em ditar regras e impor sanções do que em cumprir suas próprias obrigações. O instituto, que contribui para os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), levanta uma pergunta inquietante: o que está por trás dessa indiferença? Parece residir numa combinação entre ignorância, ganância e uma busca desenfreada por lucro, que ignora o caráter interdependente do mundo, como alerta Donella Meadows:

O mundo é um sistema ecológico, social, psicológico e econômico complexo, interligado e finito. Nós o tratamos como se não fosse assim, como se fosse divisível, separável, simples e infinito. Nossos problemas globais, persistentes e recalcitrantes, resultam diretamente dessa divergência (DONELLA MEADOWS, *apud* OPHULS, 2017, p. 140).

Embora muitos pareçam convencidos da importância de reduzir as emissões de carbono e enfrentar o aquecimento global, os esforços concretos permanecem insuficientes e desproporcionais. O grande problema reside na implacabilidade das grandes potências, que insistem em conduzir a luta climática conforme seus próprios métodos, sem escutar outras vozes ou reconhecer saberes divergentes como os locais. Essa supervalorização de suas abordagens, por parte dos principais emissores, acaba gerando resultados perversos: falham por não pensar de forma sistêmica, relacional e complexa, como aponta Ophuls:

A vontade de solucionar um problema específico pode estar ali, mas o entendimento de como os sistemas realmente se comportam, em contraste com a maneira pela qual gostaríamos que eles se comportassem, está ausente. Diante disso, os problemas não apenas ficam sem solução como a maioria dos esforços dedicados à sua resolução acabam sendo completamente desperdiçados. Em resumo, a ignorância em relação ao comportamento dos sistemas [grandes emissores de carbono] produz um tipo de insanidade: fazer a mesma coisa repetidas vezes, ainda que não funcione [e nunca funcionou] (OPHULS, 2017, p. 141 – grifos nossos).

Segundo o autor, na luta ecológica da humanidade, há uma carência de complexidade na forma como a natureza é compreendida. Essa ausência tem submetido a natureza às vontades humanas. É urgente uma pausa crítica nas abordagens dominantes,



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

centradas na razão técnica e civilizatória, como apontaram Arendt (2009) e Lévinas (1991), para que possamos entender com mais profundidade as necessidades do planeta e permitir que ele nos auxilie em sua reconstrução. Essa busca exige uma postura mais orgânica e sensível. Como defende Ophuls: “a civilização precisa de um novo coração e, também, de uma nova mente [...] a saber, a adoção mais ampla da visão de mundo ecológico (também chamada de paradigma de sistemas) como base para o pensamento e a ação” (OPHULS, 2017, p. 136 – grifos do autor). Isso significa cultivar humildade, moderação e conexão. Precisamos controlar nossos impulsos, restaurar o equilíbrio, agir com responsabilidade e respeitar as relações mútuas. Essa nova construção — esse enfrentamento ético e sistêmico — depende da formação de um novo paradigma: mais compreensivo, complexo, relacional e menos impositivo. E tudo isso passa pela compreensão radical da nossa responsabilidade com o planeta e com as futuras gerações.

4. ESCOLHER E PRIVILEGIAR MAIS COMPREENSÃO E MENOS IMPOSIÇÃO

As metas e objetivos definidos pelas grandes potências mundiais como supostos “caminhos certos” para alcançar o desenvolvimento sustentável são amplamente conhecidas. É preciso reconhecer, no entanto, que muitos dos eventos, como a COP30 que aconteceu no Brasil em novembro desse ano, campanhas, leis e acordos promovidos em nome da sustentabilidade, além de visar transformações globais, servem também para afirmar concepções específicas, muitas vezes, ultrapassadas e insuficientes.

O enfrentamento das mudanças climáticas não se resume a uma disputa ecológica ou técnica: trata-se de uma crise ética, epistemológica e civilizatória, que exige repensar os fundamentos do pensamento moderno. É o desafio que desde a época de Sócrates, e até hoje, consiste em questionar a primazia de uma racionalidade dominante, a razão científica, sem considerar outros saberes e formas de ver o mundo, como os mitos, os afetos e os discursos periféricos.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Como lembra Ophuls, “o animal político [que somos] não pode existir sem algum tipo de história que dê significado e coerência à vida, e que propicie a base intelectual e moral para a comunidade política” (2017, p. 151). A coletividade humana se constrói entre verdades e mitos, entre ficções necessárias e rationalizações provisórias. É nessa trama que o senso de responsabilidade precisa emergir.

As diversas correntes das teorias da comunicação e as escolas filosóficas contemporâneas apontam para esse movimento: há uma pluralidade de perspectivas que precisa ser ouvida e considerada. Só assim se evita que a imposição de um saber único destrua a complexidade da vida. A escola fenomenológica, por exemplo, mostra isso com clareza: de Husserl a Merleau-Ponty, de Sartre a Buber e Lévinas, cada autor percorre caminhos distintos que convergem na valorização da experiência, da percepção e do encontro.

Enquanto Husserl (1979) vê o fundamento do conhecimento na intuição sensível, Merleau-Ponty (1971) desloca a centralidade da consciência para o corpo: só conseguimos descrever o mundo, não explicá-lo. Buber (1979), por outro lado, constrói o conhecimento a partir do diálogo, na relação entre o Eu e o Tu, marcada pelo impacto da presença do Outro. Já Lévinas, misturando influências desses pensadores, propõe um paradigma ético radical: o esvaziamento do Eu e sua abertura ao Outro.

Lévinas (1991) nos convida ao acolhimento da alteridade sem tentativa de assimilação, e aqui surge a conexão direta com Arendt (2009). Ambos apontam para a responsabilidade como condição para superar o totalitarismo. Para Arendt (2009), uma responsabilidade coletiva, política e histórica. Para Lévinas (1991), uma responsabilidade pessoal, ética e intransferível. Tudo parte do esvaziamento total do Eu e sua disposição para o acolhimento. Abertura para aquilo que ele não é, não vê, não ouve e não lê. E, como lembra Marcondes Filho (2013, p. 101), “comunicação, assim, não é troca ou transferência de nada, mas um processo de substituição, em que eu me dirijo ao outro e o outro a mim, sem que esse processo feche um ciclo: é em mim e não no outro que se abre



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

a comunicação” . Essa visão dialoga com o pensamento levinasiano: a abertura ética só existe quando o Outro me interpela e me obriga a sair da minha espontaneidade egológica.

Portanto, preservar o planeta exige mais do que medidas técnicas. Exige acolhimento, escuta e abertura, uma sabedoria entrelaçada com virtudes raras naqueles que conduzem operações formais e ditam as leis. Como denuncia Ophuls (2017, p. 144): “nossos supostos melhores e mais brilhantes são, com frequência, expoentes unidimensionais de mente mecânica e pensamento linear”. O exemplo de Bali, citado por Ophuls (2017), ilustra os riscos de impor modelos sem compreender os sistemas locais. A substituição de práticas agrícolas ancestrais por técnicas da revolução verde provocou o declínio de safras, colapsos ecológicos e perda de alimentos essenciais, levando os próprios agricultores a retornar às tradições.

Em Bali, o cultivo de arroz foi regulado, durante séculos, por algo equivalente a uma religião hidráulica. O resultado foi um sistema agrícola estável e eficiente, que, por mais de um milênio, produziu safras confiáveis, preservando a fertilidade do solo. No entanto, forasteiros propensos ao desenvolvimento desprezaram o costume antigo, considerando-o supersticioso, e convenceram ou subornaram os agricultores a se converterem à suposta revolução verde: a nova religião da agricultura mecânica, que ordena o cultivo intensivo e contínuo de variedades de arroz de alto rendimento, apoiado por aplicações pesadas de fertilizantes e pesticidas. Embora as safras crescessem inicialmente, logo começaram a declinar aos níveis anteriores, quando pragas desenvolveram resistências aos produtos químicos utilizados para eliminá-las. Além disso, ocorreram diversos “efeitos colaterais” onerosos. Por exemplo, graças à toxicidade dos produtos químicos, enguias e peixes não puderam mais ser mantidos nos arrozais, e, assim, os agricultores perderam uma fonte de proteína importante e tradicional. A revolução verde pode ter tido êxito em outros lugares, mas fracassou em Bali, e os balineses logo voltaram aos costumes de seus antepassados (OPHULS, 2017, p. 137).

Essa reflexão mostra que não se trata de ser avesso ao crescimento ou à inovação, mas de reconhecer o valor dos saberes locais, dos sistemas plurais e das realidades múltiplas. Mesmo diante de boas intenções, resolver problemas exige mais que vontade: exige compreensão profunda de como os sistemas vivem e reagem. Só assim, podemos



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

gerar mais vida: complexidade, ordem e beleza dentro dos limites da natureza, que não podem ser violados sem consequências.

Ao revisitarmos a história do século XX e refletirmos sobre os rumos contemporâneos do planeta, torna-se evidente que a verdadeira urgência da humanidade não é criar novos marcos de progresso, mas cultivar autocontrole. O modelo político-econômico das superpotências, baseado em crescimento ilimitado, reforça a ambição de dominar a natureza. Cada crise é tratada como um obstáculo técnico a ser “curado”, ignorando que a destruição ambiental é sintoma de um colapso moral e ético.

Essa constatação nos aproxima da teoria da compreensão, que propõe uma migração do caminho da certeza para o da dúvida, menos, portanto, e mais talvez; menos rigor, mais ensaio. Künsch (2017, p. 11) sintetiza esse movimento da seguinte forma: “a ideia [...] é a de deixar clara nossa preferência por signos abertos, evitando sempre que possível o peso, quiçá a violência, dos pontos finais [...] da arrogância da ontologia”. Esse espírito de abertura é também aquilo que move Lévinas (1991): a ética como acolhimento do Outro, anterior à ontologia; é também o que inspira Arendt (2009), ao defender a ação política como condição para manter vivo o mundo humano. Ambos nos convocam à responsabilidade — individual, coletiva, ética, histórica — como única saída possível diante da destruição em curso.

5. PARA ENFRENTAR A CRISE: ESCUTA, PLURALIDADE E RESPONSABILIDADE

Espera-se, ao final de um trabalho como este, que se faça um balanço sobre o processo trilhado: uma conclusão que aponte os resultados alcançados como evidência da validade da pesquisa empreendida. Mas, no caso presente, esse caminho não se impõe. Não apresentamos resultados porque entendemos que a própria urgência em salvar o planeta já é, por si só, um resultado universal e anterior a qualquer contribuição individual. Trata-se de um horizonte ético comum, e não de um mérito isolado. Assumir esse resultado como sendo nosso seria uma arrogância metodológica e intelectual, pois



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

significaria presumir que encontramos sozinhos uma resposta que o mundo inteiro ainda está buscando, sem escutar outras vozes, outros saberes, outras ciências. Seria contraditório ao pensamento que defendemos aqui.

Ao longo do trabalho, não buscamos soluções definitivas, mas sim problematizar aquilo que muitas vezes passa despercebido ou é naturalizado, como os padrões impostos historicamente pelo Norte Global sobre o Sul Global. A prática de financiar projetos climáticos — como o Fundo Amazônico, apoiado por países como Noruega e os membros da União Europeia — revela mais que ajuda: traduz uma lógica política de imposição de valores, métodos e modelos que exigem revisão crítica. Como aponta Ophuls (2017, p. 78): “há uma razão importante pela qual a questão da mudança climática é controversa, e provavelmente continuará assim, mesmo dentro da comunidade científica”. Essa controvérsia não se vence com rigidez conceitual, mas com escuta, humildade e abertura à complexidade. O caminho precisa ser construído em sistemas adaptativos, flexíveis e plurais, pois jamais saberemos, com precisão total, com que tipo de problema estamos lidando. O planeta é resultado de múltiplas causas e condições que interagem de forma não linear ao longo de épocas. Diante disso, só nos resta acolher percepções, fragmentos e perspectivas diversas. Nunca a totalidade.

Dizer como resolver, unilateralmente, seria ousado demais. A experiência mostra que não há um método único capaz de contemplar todas as vozes, todas as realidades, todos os territórios. Se tomarmos o Brasil como exemplo, com sua extensão continental e diversidade sociocultural, perceberemos que os métodos e propostas de enfrentamento ao aquecimento global são necessariamente múltiplos. Essa diversidade tem se manifestado no projeto de elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil⁴, no qual temos participado. O esforço de ouvir vozes diferentes — não uma multidão uniforme, mas subjetividades singulares, de lugares distintos, enfrentando desafios

⁴ Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. Disponível em <https://pndc.com.br/equipe/>. Acesso em 10 dez 2025



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

distintos — reforça a importância da “glocalização”, isto é, do diálogo entre experiências locais e sínteses globais que realmente acolham a complexidade.

É justamente aqui que Lévinas e Arendt ajudam a iluminar esse caminho. Ambos recusam a ideia de totalidade e convocam um tipo de pensamento que não impõe verdades, mas cultiva relações e pluralidade. Esse modelo de escuta e abertura, praticado nas etapas do plano brasileiro, pode servir de inspiração para novas formas de cooperação global. Não se trata de buscar uma “nova ordem mundial” no sentido impositivo, mas de promover uma nova ordem dialógica, empática e responsável. Uma forma de construir respostas que respeitem o tempo dos outros, os contextos dos outros e os saberes dos outros.

6. REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARENDT, Hannah. The Jew as Pariah: A Hidden Tradition. In: **The Jewish writings**. Nova York: Schocken Books, 2007.

ARENDT, Hannah; SCHOLEM, Gershom. **The correspondence of Hannah Arendt and Gershom Scholem**. Tradução de A. David. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

ASSY, Bethânia. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva Instituto Norberto Bobbio, 2015.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNDC. Disponível em: <https://pndc.com.br/sobre/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 2^a ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

HUSSERL, Edmund G. **Meditaciones cartesianas**. Madrid: Ediciones Paulinas, 1979.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

KÜNSCH, Dimas A.; DIAS, Everton de Brito; PASSOS, Mateus Yuri; FERNANDES, Paulo Emílio; BRITO, Pedro Torres Debs (orgs). Apresentação: Princípios inspiradores da compreensão como método. In. KÜNSCH, Dimas; et. al. **Produção de conhecimento e compreensão**. São Paulo: UNI, 2017, pp. 9-34.

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Madrid: Visor, 1991.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Paris: Gallimard, 1945. Trad. brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 1971.

ONU, 2015, p. 1 - Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em 12 nov. 2025.

OPHULS, William. **A vingança de Platão**: política na era da ecologia. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Escassez ecológica**. Sesc São Paulo, 14 nov. 2017, online. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/escassez-ecologica/>. Acesso em: 23 nov. 2024.